

5 **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA**
SESSÃO REALIZADA NO DIA 09 DE MAIO DE 2024
ATA NÚMERO CINQUENTA

10 Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e dez minutos, teve lugar a 3ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada em 18 de abril de 2024, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira. -----

15 Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Abel Filipe Dias Gonçalves, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Carlos José Pinto Vergueiro, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Jaime da Silva Quintas, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim António Dias Tavares, Joaquim de Sousa Rocha, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Soares Gonçalves, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, Alcino de Sousa Lopes,
20 Alexandra Mónica Soares Amaro, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, João Morais de Sousa, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Serafim Silva Teixeira, José Fernando Santos Almeida, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Jorge Miguel Félix Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, Nelson de Jesus Martins da Silva, André Araújo Ferreira, Pedro Jorge
25 Ribeiro de Castro Teixeira e Jorge Manuel dos Santos Pereira. -----

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituídos pelo elemento disponível, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos substituído por Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira, Maria de Fátima Alves Menezes Figueiredo, substituída por João Pedro Ferreira Martins, Rui Pedro Fernandes Teixeira, substituído por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Tiago Filipe da Costa Braga, substituído por Manuel Benjamim Leite Soares, Carla Maria Rodrigues Costa, substituída por Júlia Dorinda Lima Sampaio, Paulo José Melo Martins, substituído por Maria do Rosário Ungaro Pedrosa Moreira Loureiro, João Emanuel de Gouveia Martins, substituído por Joana Nobre Macedo Ferreira Leite, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, substituída por Beatriz Castro Pinto, Rui de Brito e Cunha Leite de Castro, substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto e Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, não tendo
35 sido substituído. -----

5 Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído nos termos da Lei pelo seu representante legal, os seguintes Presidentes de Junta: Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, substituído por Domingos Martins Oliveira, Joaquim César Ramos Rodrigues, substituído por Gil Manuel Camarinha da Costa, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, não tendo sido substituído e Filipe da Silva Lopes, não tendo sido substituído. -----

10 Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues e os Senhores(as) Vereadores(as): José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Manuel de Oliveira Guedes, José Joaquim Cancela Moura e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira.-----

Esteve ausente a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Marina Raquel Lopes Mendes e os Senhores(as) Vereadores(as) Dário Soares Freitas da Silva, Elísio Ferreira Pinto e Célia Maria Mendes Correia.

15 -----

Ponto 1 – Público -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu início aos trabalhos, começou por informar-----

20

Senhora André Pereira (União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso) o assunto que o levava ali era o urbanismo, para evitar ao máximo possível a hipótese de especulações, passaria limitar-me a ler o texto, e assim o fez, terminando por questionar qual era o modelo de futuro que os políticos atuais projetavam para o concelho conforme documento anexo. **(vide anexo 1).**-----

25 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Guilherme Aguiar** dirigindo-se ao Senhor André Pereira, disse ser uma pergunta de difícil resposta porque, como sabia, o PDM de Vila Nova de Gaia já existia há 30 anos. Supunha que já tivesse tido 2 revisões, de 10 em 10 anos. Realmente como o município afirmou era um instrumento importante no desenvolvimento e, sobretudo, na modernização do espaço municipal, mas fundamentalmente. revisão do PDM, é feita inicialmente por técnicos, técnicos de urbanismo, arquitetos, engenheiros que elaboram aquilo que no momento era uma revisão, não é um plano novo, Ainda
30 não tinham a base da proposta que irá ou não proceder a muitas alterações, nunca serão muitas, terão a ver naturalmente com situações específicas, o caso do metro ou o caso do aumento da linha de metro existente. Possivelmente o caso do traçado do TGV. É evidente que há ideias que são diferentes da maneira do desenvolvimento urbano de cada um dos territórios, mas sem embargo, estamos todos do mesmo lado
35 quanto ao princípio, quanto à forma e ela depois terá de ser discutida porque o prazo para completar o PDM termina no final deste ano e por isso também já estamos a trabalhar nisso. -----

5 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, disse que antes do início propriamente dito da OT havia um voto de congratulação apresentado pelo Grupo Municipal PSD e uma saudação apresentada pelo Grupo Municipal do CH.** -----

10 **Senhor Deputado Jorge Manuel dos Santos Pereira (CH),** apresentou um **Voto de Saudação**, “Dia Internacional do Bombeiro” conforme documento anexo. **(vide anexo 2).** -----

Senhor Deputado Joaquim Moreira Barbosa (PSD), apresentou um **Voto de Congratulação**, “50 anos do PSD” conforme documento anexo. **(vide anexo 3).** -----

15 **Senhor Deputado João Paulo Silva (PS)** da parte do PS, teceu duas notas importantes. Saudaram o PSD pelo aniversário e pelo contributo que têm dado para a construção da democracia e, portanto, acompanhariam a saudação do aniversário. Em relação ao documento apresentado pelo CH, também acompanhavam o documento apresentado, sublinhando com reconhecimento, tudo aquilo que tem sido feito pela Câmara Municipal também em prol dos bombeiros do Concelho. O investimento feito nas corporações do ~~nesso~~ concelho, inclusive naquilo que era o Batalhão de Sapadores e, portanto, nesse sentido, associavam toda a dimensão municipal a essa saudação, porque tem sido também uma prioridade do Executivo atual. -----

20 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Guilherme Aguiar,** relativamente ao voto de saudação, que o senhor deputado do CH fez, relativamente ao Dia Internacional dos Bombeiros, disse que o Dia Internacional dos Bombeiros, por mera coincidência, era o dia do aniversário do ~~nesso~~ Batalhão. Já foi Companhia de Bombeiros de Vila Nova de Gaia em 1839 e celebrou 185 anos de vida, o que nos orgulha a todos. A cidade de Vila Nova de Gaia tem a felicidade de ter um corpo de bombeiros profissionais e 6
25 associações de bombeiros voluntários que trabalham em sintonia e que fazem parcerias permanentes, que têm procurado modernizar, sobretudo nos últimos 11 anos ou 12 anos. Continuou informando que existe um centro municipal de operações de socorro, ~~e~~ que é uma forma mais rápida e mais correta de terem conhecimento do sinistro e de procurarem uma resolução imediata ou uma solução imediata para o mesmo, mas era evidente que ainda não estava tudo feito e haveria muito mais para fazer. Mas, de qualquer forma,
30 era um tema que lhe era muito querido, aliás, já era responsável pelos bombeiros há muitos anos e ficava muito satisfeito pela Saudação, que a Assembleia dava. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Saudação, “Dia Internacional do Bombeiro”, apresentado pelo Grupo Municipal do CH. -----

35 **Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

5 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a Voto de Congratulação**, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, “50 anos do PSD”.

Votação: Aprovado por Unanimidade.

Ponto 4 – Período da Ordem do Dia

10

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia referiu que conforme articulado em Reunião de Líderes, o Pontos 4.14 ao Ponto 4.19 serão discutidos em conjunto, com votação em separado.

15

Ponto 4.14. da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Piscina Municipal da Granja -Reabilitação dos tanques interior e exterior – Autorização dos Encargos para os anos seguintes, em cumprimento do art.º 22º do DL nº 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do valor de € 288.500,00 (duzentos e oitenta e oito mil e quinhentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor”.

20

Ponto 4.15. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Serviços para execução de estudos de projetos de especialidades, incluindo a emissão de levantamentos topográficos e de estudos Geológicos e Geotécnicos bem como a Assistência Técnica Especial em fase de obra para a Creche Municipal de Sá (Arcozelo), Creche Municipal de Santo António (Grijó), Creche Municipal da Seara (Oliveira do Douro), Creche Municipal das Matas (Santa Marinha) e Creche Municipal da Afurada – Município de Vila Nova de Gaia – Assunção dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22º do DL nº 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos:

25

Rubrica 2001 | A | 101

Lote 1

• Ano 2024 - € 141.300,00 (cento e quarenta e um mil e trezentos euros) + IVA;

30

• Ano 2025 - € 7.850,00 (sete mil, oitocentos e cinquenta euros) + IVA;

• Ano 2026 - € 7.850,00 (sete mil, oitocentos e cinquenta euros) + IVA;

Lote 2

• Ano 2024 – € 98.100,00 (noventa e oito mil e cem euros) + IVA;

• Ano 2025 – €5.450,00 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta euros) +IVA;

5 • Ano 2026 – €5.450,00 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta euros) +IVA; -----

Lote 3 -----

• Ano 2024 – € 29.600,00 (vinte e nove mil e seiscentos euros) + IVA; -----

• Ano 2025 – € 3.700,00 (três mil e setecentos euros) + IVA; -----

• Ano 2026 – € 3.700,00 (três mil e setecentos euros) + IVA; -----

10 Lote 4 -----

• Ano 2024 – € 19.200,00 (dezanove mil e duzentos euros) + IVA; -----

• Ano 2025 – € 2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros) + IVA; -----

• Ano 2026 - € 2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros) + IVA”. -----

15 **Ponto 4.16. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Fornecimento de suportes informativos e de material de Publicidade e Informação, Concurso Público 5-B1/2024 – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais”.** -----

Ponto 4.17. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Aluguer Operacional de 06 Viaturas Ligeiras de Passageiros – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais”. -----

20 **Ponto 4.18 da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Recolha e Encaminhamento a destino final de Resíduos provenientes da limpeza e desobstrução das Redes de Drenagem e Poços de Bombagem de Águas Residuais Urbanas – Consulta Prévia 4-C4/2024 - Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais”.** -----

25 **Ponto 4.19. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Prestação de Serviços de Limpeza e Desobstrução de Ribeiras, Concurso Público 4-C1/2023 – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais”.** -----

Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD), disse não ser uma intervenção relativa aqueles pontos, mas um ponto quase paralelo e relativamente ao ponto 4.18, que era o ponto de recolha de resíduos., Tinha enviado-há cerca de 2 meses, um pedido ao senhor Presidente da Assembleia, no sentido de ser marcada uma reunião a propósito dos Bio resíduos, uma reunião que ~~nes~~ permitisse obter informação e formação relativamente aquela problemática, problemática muito importante para a Câmara, para as próximas décadas, e nesse sentido, tinham sugerido convite ao Presidente da SulDouro ao Presidente da Lipor e à administradora da Sociedade Ponto Verde, pessoas que ~~nes~~ lhes pareciam com muito conhecimento

5 na área sem prejuízo evidentemente, de o Senhor Presidente da Assembleia decidir convidar outras pessoas que eventualmente entendesse. A propósito do ponto 4.18, embora não fosse exatamente o mesmo ponto, falar da recolha de resíduos, e perguntar se de facto lhe poderia dar, alguma informação relativamente ao ponto.-----

10 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** referiu que a informação que lhe podia dar era aquela que no dia seguinte iria tentar perceber o que aconteceu ao pedido que enviou, pois, quando lhes chegavam os pedidos, mandava para a Câmara Municipal. Deixou a garantia que em poucas horas, aquelas que tivesse disponíveis, daria nota aos líderes parlamentares da informação que a Câmara fizer chegar -----

15 **Senhora Deputada Carla Isabel Argueles Cáceres (PS)** relativamente ao ponto 4.15, disse que sabendo da importância premente de investir na educação, o executivo tem feito um trabalho sobejamente destacado e numa abordagem sucinta, lembrou algumas ideias chaves. Os programas de apoio social amplamente conhecidos como o projeto "Gaia Aprende Mais", o cheque oferta para o material pedagógico e escolar, a escola de ciência viva, a viagem e gala de finalistas para o quarto e 12º anos as atividades de tempos livres nos períodos letivos e não letivos, bolsas de estudo, lanche gratuito para o primeiro ciclo e pré-escolar, as terapias para as necessidades educativas. Eram medidas que dignificavam o ato educativo e todos os seus
20 intervenientes. Assistimos, à concretização de um projeto político complexo, dinâmico e exigente, tal como os desafios que acompanham o nosso tempo. Investimentos no capital humano, além dos já mencionados, são também as visitas de estudo, desporto escolar, clubes e grupos de interesse, promoção de atividades artísticas e culturais, programas de intercâmbio, formação de professores, incentivo à participação dos pais e programas de combate ao abandono escolar. Continuou falando da modernização e melhoria das condições já existentes e como exemplo falou na remoção do amianto instalação de novos equipamentos como salas
25 snoezelen do ar a fim de proporcionar um ambiente de aprendizagem seguro e adequado.-O executivo tem ainda conseguido captar uma importante fonte de receita para todo este trabalho através do PRR. É verdade que as verbas são disponibilizadas para efeito, mas era igualmente verdade ser necessário ter um trabalho organizado com bastante qualidade, pronto a ser submetido na hora certa capacidade de captação financeira
30 em prol do avanço do território. Só uma gestão rigorosa e equilibrada permitia à autarquia suportar os custos da componente nacional aplicada nos investimentos. Enunciou de seguida várias escolas que poderão ser reabilitadas nesse âmbito e como tal esperam poder ajudar as famílias e agregados monoparentais ou outros também na criação de creches, conforme documento anexo. **(vide anexo 4)**.-----

35 **Senhora Deputada Mónica Alexandra da Silva Almeida (PS)**, sobre o ponto 4.14, Dirigindo-se à Mesa ao presidente em exercício e vereadores assim como aos restantes referiu o investimento da Câmara na requalificação dos tanques das piscinas da Granja, que são dos equipamentos municipais os mais procurados arriscaria dizer que são o ex-libris das piscinas municipais. A Piscina Municipal da Granja, semicoberta, possui uma localização privilegiada que se distingue das demais piscinas municipais por ser uma piscina de água do

5 mar aquecida e tratada, que lhe permite ter qualidades diferenciadoras que justificam a sua elevada procura tanto pelos munícipes quanto pela população dos concelhos vizinhos. Falando um pouco da sua história enalteceu as suas valências como o ensino da natação, hidroginástica e hidroterapia. sugerida por médicos, fisioterapeutas e preparadores físicos para a recuperação de algumas enfermidades e prevenção de outras. Terminou agradecendo ao executivo por fomentar a vida dos gaienses com a qualidade dos serviços
10 prestados nesses equipamentos de excelência, conforme documento anexo **(vide anexo 5)**. -----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.14. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

15 **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.15.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.16. -----

20 **Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.17. -----

**Votação Aprovado por Maioria, com 45 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN) e 01
25 abstenção do IL.**-----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.18.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

30 **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.19.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

Ponto 4.20. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Carta Educativa do Município de Vila Nova de Gaia”,-----

5

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) falou sobre a educação que lhe parecia importante, uma vez que o documento apresentado também evoluiu quando comparado com a revisão da Carta Educativa de 2017, na altura criada e até elaborada por uma entidade externa, mas desta vez elaborada de uma forma mais integrada com a ligação a vários setores da dinâmica educativa, desde logo na esfera municipal, mas não só. A simples leitura daquele documento mostrava a sua absoluta pertinência, pois identifica uma realidade que vai muito para além da questão educativa e que aborda questões tão amplas como a situação demográfica que, não sendo uma questão do concelho, nem sequer até uma questão nacional, nos obrigava a refletir sobre o futuro.–Falando dos dados do Observatório Social de Gaia e analisando o perfil dos agregados do Concelho de Gaia encontra vários elementos merecedores de um grande debate dado que a situação será mais crítica que na área Urbana do Porto e em geral no país.–A carta identifica, 2 fragilidades graves, a taxa bruta de pré-escolarização baixa e as taxas de retenção e desistência no concelho acima da média do Porto sobre as questões da escolarização, e a propósito também do que acabou de dizer a senhora deputada a questão das creches nessa lógica integrada que partilhavam e deveria ser integrado no sistema educativo. A fraca presença de uma rede pública e a fraca distribuição no território é consequência de décadas, numa visão que não enquadrou essa necessidade do direito à educação desde o-nascimento que o condenou a uma situação atual socialmente insustentável. Lembrou a maioria das famílias está absolutamente dependente da oferta de instituições do setor social e cooperativo ou do setor privado, sendo a carência a falta de vagas sentida especialmente nas áreas urbanas do concelho. Que em 2019, o PCP na Assembleia da República propôs as creches gratuitas para todas as crianças e muitos julgaram tratar-se de uma proposta impossível. Foi assim também com a gratuitidade dos manuais e o passe intermodal.–A respeito do pré-escolar ou o plano de ação, á imagem de outras cartas municipais, entendiam que deveria concretizar mais no sentido de informar no que diz respeito ao primeiro eixo de intervenção, a requalificação dos equipamentos pré-escolares do ensino básico e secundário, onde, por exemplo identificada a fragilidade que, aliás, já referida da taxa bruta de pré-escolarização do concelho por comparação em plena do Porto na tabela de propostas de intervenção e sua calendarização. Ainda constatam que a câmara tem conhecimento das fragilidades, Necessidades objetivas de cada-escola e essas necessidades e fragilidades objetivas não constam do plano se a resposta à necessidade de qualificação, que é um eixo apresentado como um eixo fundamental para o plano de ação da fragilização identificada no Concelho. Falou da necessidade de mais técnicos e assistentes sociais nomeadamente na educação inclusiva. A carta não concretiza os termos desse aumento tão pouco os calendariza sobre o abandono escolar a procura das escolas segunda oportunidade para os jovens que não completaram a escolaridade obrigatória ou mostra a pertinência do alargamento das respostas que visem a formação. Nesse contexto exigiam a valorização do ensino profissional e o estigmas. Disse ainda que naquele-contexto,–o debate em torno da importância da ação social escolar era a chave. A

5 carta aponta o aumento dos alunos que têm acesso a essa ação social escolar, o que também dá luz aos
problemas da diminuição dos rendimentos de agregados familiares no ~~nesse~~ concelho. Terminou, apontando
um conjunto de outros desafios para desenvolver no contexto da carta municipal, apetrechar linhas de ação,
desde logo a necessidade de assumir a escola enquanto estrutura de apoio e acolhimento enquanto
10 elemento identitário e âncora da vivência e proximidade das comunidades, designadamente fora dos centros
urbanos, reforçar a coesão interna dos agrupamentos, a formação dos professores e educadores, reforçar a
autonomia das escolas e a importância da fixação de psicólogos para a saúde mental das crianças e jovens
por diversas razões, abstinham-se por entender que o plano de ação não correspondia à ambição da análise
realizada ficando-se por intenções vagas ou eventualmente expressas. Valorizavam o trabalho e assinalavam
a profunda evolução positiva do documento em si comparativamente ao de 2017 e muito menos que não
15 exista, por parte da CDU, o reconhecimento de que o documento se alinha com a intenção do executivo.
Após identificar as realidades sociais, a realidade da vida concreta dos trabalhadores e do povo do concelho
a que urge dar resposta, nomear essas realidades, esses problemas sociais como prioridades políticas -----

Senhora Deputada João Paulo Rebelo da Silva (PS) indicou ir falar do ponto 4.20 quanto à carta educativa
do município de Vila Nova de Gaia. Ficou desiludido com a pouca participação num debate acerca de um
20 documento daquela importância. Um documento estratégico do planeamento e ordenamento prospetivo
dos equipamentos educativos que tem uma vigência de 10 anos previsto na legislação de 2019, que
concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no
domínio da educação. O documento resulta do trabalho de uma equipa multidisciplinar e este era o tempo,
de reconhecer o trabalho feito pelos serviços municipais. Teceu alguns comentários acerca da educação,
25 citando que essa não se esgotava nos processos escolares, mas os mesmos constituíam um centro
fundamental de aprendizagem e acompanha os jovens no seu percurso académico para continuar numa
aprendizagem ao longo da vida. A carta educativa municipal é um documento exaustivo de uma dimensão
ímpar que é estruturante, estamos certos até do trabalho de muitas áreas da esfera municipal e de muitas
instituições privadas e sociais do concelho, conforme documento anexo. A educação não pode, pois, ser um
30 ato isolado e só para alguns, sendo da responsabilidade coletiva a criação de condições que permitam o seu
desenvolvimento eficaz. A carta educativa surgiu como instrumento de gestão, partindo da intenção de
envolver a comunidade local na construção da sua educação, começando pelo esforço de mapear a rede dos
equipamentos educativos, de forma a identificar as suas lacunas e constrangimentos. Acrescentou, pedindo,
um novo desafio que passava pela criação de condições para a integração de pessoas vindas de outros países.
35 Um desafio que se poderá colocar às escolas, mas começava também a ser um desafio da nossa rede social.
Terminou parabenizado todo o executivo e todos os serviços da autarquia envolvidos na elaboração do
documento em causa. Dirigindo-se ao deputado da CDU disse ter ficado satisfeito pelo reconhecimento de
algumas concretizações do PS-algumas, quer na questão do passe escolar, dos manuais escolares são tudo

5 questões que a análise da carta educativa teve por base uma observação que não parece ser a mais adequada sendo um documento de tão largo alcance. Ficar preso apenas a concretizações do que temos hoje ou do que poderá ser o amanhã parece curto. Seria capaz de subscrever parte da análise do que fez em relação ao presente, mas um documento como aquele deveria deixar e abrir pistas para um trabalho que será feito a 10 anos e que vai muito para além do atual mandato, o documento apresentado cumpria o objetivo previsto, ser um documento de largo alcance. Pediu ao deputado que mesmo depois de declarar o seu voto, faria todo o sentido que acompanhasse o Grupo Municipal do PS, votando a favor da proposta. **(vide anexo 6)**. -----

Pedido de Esclarecimento do Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto (IL) fez um pedido de esclarecimento ao líder do grupo municipal do PS, no sentido em que não entendeu como é que, por um lado, lamentava que não houvesse ~~haja aqui~~ tantos votos ou tantas vozes a discutir uma carta educativa para 10 anos quando a algumas sessões atrás, o grupo municipal do IL fez um voto de recomendação no sentido de criar cursos especializados por setores socioeconômicos e por faixas etárias no sentido de promover a literacia financeira e a resposta que receberam é que queriam promover clientelismos para bancos, informar clientes para bancos e não tínhamos noção nenhuma do trabalho que era feito nas escolas em Gaia e feito pelos professores em Gaia. Quando o nível de discurso era aquele e quando existia 15 hostilidade, naturalmente, quem celebrava ficava um pouco reticente. Naturalmente, o IL, tendo em conta aquilo que já referiu, abster-se. -----

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) tentando explicar o seu ponto de vista e quando se referia a um plano “quase vago” referindo-se ao plano de ação se refere-que queria que no próprio plano de ação constasse uma série de programações destes os poucos planeamentos que há de ação há 10 anos, quer no 25 que diz respeito ao alargamento de salas de infância, alargamento de salas, alargamentos de cantinas, ou construções de auditórios. Os deputados viram um documento que excluiu o plano de ação. A análise feita subscreve sem qualquer tipo de problema é feita e bem feita e é profunda, muito mais do que a revisão que o senhor deputado referiu de 2017. Não conseguindo retirar grande coisa do plano-de ação, o sentido de voto da CDU vai corresponder a essa análise. -----

30 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia dirigindo-se ao seu amigo e quase ex-aluno, Gonçalo Pinto, informou que desde o anterior governo AD que existia um referencial da literacia financeira, mas está lá, não precisa de muito mais acrescentos e o programa é todo para cumprir. Colaborou nesse referencial e, portanto, não podia deixar de testemunhar o trabalho feito por João Grancho, na altura, Secretário de Estado, sobre a matéria.**-----

35 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Guilherme Aguiar,** disse que relativamente á questão, que era uma das questões mais importantes e um dos desafios mais fundamentais que a nossa

5 sociedade enfrentava permanentemente, pediu ao seu colega Vereador Dário Silva, que tem uma ligação também muito estreita com essa área, que fizesse a intervenção do executivo -----

Com a devida autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Guilherme Aguiar, o senhor Vereador Dário Silva disse ser breve, até porque achava que quer uma reflexão, quer outra, já teceu muito daquilo que era, o entendimento do executivo relativamente a isso. Porventura, gostaria de partilhar

10 um conjunto de notas relevantes. A primeira delas era a de regozijo pela apresentação do documento e, sobretudo, de felicitação pelos técnicos envolvidos num trabalho que foi feito internamente e que, no seu entender, reforçava a qualidade do Departamento da Câmara Municipal e do trabalho exemplar que tem vindo a ser realizado. Era um documento técnico que refletia naturalmente uma questão de opções políticas. Um documento que consolidava um conjunto de opções políticas que o município tem levado a cabo ao

15 longo dos mandatos, em particular do atual, liderados pelo Partido Socialista e pelo Presidente Eduardo Vítor Rodrigues. Continuou dizendo que não sobravam quaisquer tipo de dúvidas e de alguma forma, não concordava com o senhor deputado, que era de quem eventualmente tivesse entrado na sala e tivesse ouvido a intervenção do senhor deputado se tivesse começado, ao contrário, com os outros 5 minutos, tivesse feito a apreciação. Ao contrário, eu provavelmente estaria de acordo. O senhor deputado teceu 2/3

20 da sua apresentação de alguma forma a criticar o documento e apenas 1/3 a valorizar aquilo que eram as iniciativas da Câmara. Felizmente, apesar de tudo, a perceção e a realidade, é outra. A Câmara, ao longo destes anos, provou indiscutivelmente ser uma referência a nível nacional, pelo trabalho que tem vindo a desempenhar, particularmente na área de educação. Destacando 2 ou 3 exemplos disso. Sendo o primeiro, o facto do documento ser o primeiro após a descentralização e é um documento que, de alguma forma,

25 corporiza aquilo que é a relação única entre a entidade, Câmara e o conjunto dos diretores dos agrupamentos. Desafiou o deputado a mostrar exemplos no país daquela relação de proximidade e de partilha e de cumplicidade de gestão, aquilo que tem a ver, sobretudo com gestão e opções pedagógicas. A questão de opção pela semestralização, que foi uma opção que partilhada com o município, juntamente com os diretores dos agrupamentos. O documento que refletia um trabalho prolongado de um conjunto de anos,

30 que refletia a validação de um conjunto de opções que tinham de ser feitas e ao mesmo tempo, é um documento que continuava a abrir perspectivas para aquilo que era o futuro da educação em Vila Nova de Gaia. Disse que gostaria de dizer que essas preocupações partilhadas pelo deputado algumas são obviamente partilhadas pelo executivo, mas lembrou que vivemos uma situação extremamente dinâmica e considerar que provavelmente há 3 ou 4 anos o número de alunos no Concelho era completamente diferente e no

35 sentido verdadeiramente descendente. As incorporações de um conjunto alargado de alunos oriundos de outros países trazem novos desafios às escolas, trazem novos desafios ao Concelho e novos desafios à própria planificação. Tomar o documento como sendo algo efetivamente determinado ao mês ou determinado ano do ponto da perspectiva do investimento, corria o risco de falhar além de que quem vier depois tem de ter a

5 liberdade de escolha que haja o livre arbítrio de poderem decidir em função do que parecer mais correto.
efetivamente nós, como acredito que acontecerá, assim o faremos, mas se não formos, que peça embora
seja feita levantamento. Falou ainda do ver com insucesso, e da valorização do ensino profissionalizante. O
documento chegou à Assembleia Municipal depois de um largo período de trabalho e, sobretudo, de um
10 período largo de reflexão, sendo que o mesmo passou pelo crivo do Conselho local de Educação, onde estão
a representadas todas as forças, vivas ou da comunidade educativa que quando muito poderiam opinar no
sentido de poder determinar ou definir um ou outro caminho, era um documento consensual, que, apesar
de tudo, refletia aquilo que era também, não apenas o estado de espírito da Câmara e daquilo que a Câmara
pensa do ponto de vista da sua política educativa, mas também aquilo que era o estado de espírito dos
próprios parceiros ao nível do terreno e ao nível do Concelho é. A Avaliação do ponto de vista da prática, não
15 tem tempo de maturação, para uma efetiva avaliação, mas importará dizer que havia uma perspetiva que
era preciso considerar daquele trabalho de relação com a própria Comunidade, com os próprios pais,
associação pais. Terminou dizendo que no momento tinham um psicólogo praticamente por cada freguesia
a apoiar a comunidade, um programa de saúde mental que se adapta àquilo que são muitas das necessidades
das nossas escolas achava que era um bom documento, validado pelo Ministério da Educação, validado pelo
20 Conselho de Educação e validado pela maioria da Assembleia, porque partia do pressuposto que a abstenção
significava a aceitação tácita do documento, e estavam efetivamente de parabéns. -----

**Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou
à votação o Ponto 4.20. -----**

25 **Votação: Aprovado por Maioria, com 44 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes
de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 do BE, 01 do CH e 01 do PAN) e 03 abstenções
(02 da CDU e 01 da IL). -----**

30 **Ponto 4.21. da Ordem de Trabalhos “Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Execução do
Plano de Prevenção de Riscos – Para Conhecimento”. -----**

**Foi tomado conhecimento da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Execução do Plano
de Prevenção de Riscos. -----**

5 **Ponto 4.22. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Renovação de Benefícios Fiscais de acordo com a medida prevista no Programa “Mais Habitação” IMI, solicitado por Marisela Alejandra Lopes Simões, Proc. 600/24 – CERT – Oliveira do Douro” -----**

10 **Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto (IL)**, pediu um esclarecimento efetivamente naquilo que era e naquilo que constava na certidão. Citando “A Câmara deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a possibilidade de renovação da isenção de IMI. Eu não entendo se, isto é, no sentido do deferimento ou indeferimento por parte da Câmara para saber se poderá a favor ou contra a proposta da Câmara Municipal. -----

15 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Guilherme Aguiar**, disse que Câmara deliberou e aprovou a concessão de benefício fiscal para o ano em curso e solicitou à Assembleia Municipal que, dentro das suas competências, pudesse prorrogar por mais 1 ano, que são os 2 que restavam até ao final do mandato. A presença do documento significava apenas e tão-só que foi aprovado pelo município, pelo executivo, um benefício fiscal de 1 ano, mas a Assembleia Municipal, se assim entender, poderá prorrogar por 2 anos. -----

20 **Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE)** disse que, de facto, a Câmara deliberou por unanimidade, foi submeter à Assembleia Municipal a possibilidade da concessão e renovação de isenção de IMI pelo prazo de 2 anos, mas estava confuso, gostaria de esclarecimentos. -----

Senhor Deputado Paulo José Melo Martins (PSD), solicitou a interrupção dos trabalhos por um período de 5 minutos. -----

25 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à interrupção dos trabalhos, a pedido do Grupo Municipal do PSD.** -----

30 **Com a devida autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Guilherme Aguiar, a senhora Vereadora Célia Correia** disse que relativamente á esta questão da renovação por 2 anos do IMI se prendia com uma alteração que foi incluída, no Programa Mais habitação e que implicou uma alteração ao artigo 46, número 5, dos estatutos dos benefícios fiscais. É verdade ~~que nós~~, anteriormente, a Câmara votou e indeferiu renovações. Essas renovações que votaram anteriormente foram ao abrigo da Reabilitação Urbana, uma situação completamente diferente daquela que era colocada. A renovação, no entendimento dos serviços, também é uma situação discricionária por parte do município, que tem o direito ou não de conceder. -----

35

5 **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.22. -----**

Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do PAN e 01 da IL), 06 votos contra (05 do PSD e 01 do CDS-PP) e 01 abstenção do CH. -----

10

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia referiu que conforme articulado em Reunião de Líderes, os Pontos 4.23 ao Ponto 4.25 serão discutidos em conjunto, com votação em separado. -----

15 **Ponto 4.23. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Regularização de várias Posturas Municipais de Trânsito, Freguesia de São Félix da Marinha”. -----**

Ponto 4.24. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: -----

• **Alteração da Postura Municipal de Trânsito na Rua das Costeiras, Implementação dos dois sentidos de circulação automóvel, Freguesia de Avintes; -----**

20 • **Postura Municipal de Trânsito – Implementação de sinalização vertical de “Paragem Obrigatória em Cruzamentos ou Entroncamentos” STOP (B2) na Rampa das Lavouras, no entroncamento com a Rua das Lavouras, Freguesia de Sermonde; -----**

• **Regularização de Posturas Municipais de Trânsito, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares”. ----**

25 **Ponto 4.25. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: -----**

• **Postura Municipal de Trânsito na Rua Gonçalves de Castro, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo;**

• **Postura Municipal de Trânsito na Travessa de Forta, Freguesia de São Félix da Marinha; -----**

• **Postura Municipal de Trânsito na Praceta José Santiago, Freguesia de São Félix da Marinha; -----**

• **Postura Municipal de Trânsito na Rua de Casal de Cima, União de Freguesias de Grijó e Sermonde; -----**

30 • **Postura Municipal de Trânsito na Rua Professor Santos Júnior, União de Freguesias de Grijó e Sermonde;**

• **Postura Municipal de Trânsito na Rua do Loureiro de Baixo, União de Freguesias de Grijó e Sermonde”. -**

• **Alteração da Postura Municipal de Trânsito na Rua das Costeiras, Implementação dos dois sentidos de circulação automóvel, Freguesia de Avintes; -----**

5 • **Postura Municipal de Trânsito – Implementação de sinalização vertical de “Paragem Obrigatória em Cruzamentos ou Entroncamentos” STOP (B2) na Rampa das Lavouras, no entroncamento com a Rua das Lavouras, Freguesia de Sermonde;** -----

• **Regularização de Posturas Municipais de Trânsito, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares”.** ----

10 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.23.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

15 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.24.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.25. -----

20 **Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

Ponto 4.26. da Ordem de Trabalhos “Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município”.-----

25 **Senhor Deputado Paulo José Melo Martins (PSD)**, interveio questionando quanto à requalificação dos afluentes do Douro, nomeadamente o Rio Uíma, porque foi celebrado um protocolo ao abrigo de uma verba que existia do PRR para a qualificação do mesmo e gostaria de saber qual era o ponto da situação relativamente á sua requalificação e, também relativamente aos seus afluentes. Deixou outra nota, que há pouco realmente não falavam da carta educativa porque era muito genérico, e nos tempos que vivíamos,
30 principalmente que passámos por um período que nunca imagináramos, referindo-se ao COVID, ninguém imaginaria todas as adaptações e relativamente a toda a comunidade educativa, que tiveram de fazer no momento, e por isso, todas as cartas e mais projetos e planos que possam ter existido nas diversas áreas tiveram que exigir de nós todos, seres humanos, uma capacidade de reação, de adaptação que ninguém esperava. Ou seja, todos os projetos são, não passam disso e por isso era importante que existam as linhas

5 gerais, mas também é importante que exista essa elasticidade e essa flexibilidade para esta adaptação. As
políticas que qualquer câmara municipal, qualquer governo, seja qual for o partido, desenvolvem, é aquilo
em que acreditam que seja o melhor para servir as populações, porque é por isso-que as pessoas andam na
política isto tudo para perguntar aqui duas ou três coisas, agradeceu em nome do PS do Passe dos 13/ 18,
gratuito. Um mês antes o PSD apresentou a proposta e o PS em maioria clara reprovou, mas depois a Câmara
10 Municipal, e muito bem, percebeu que era uma-medida que tinha de ser de igualdade para todos os alunos
de Vila Nova de Gaia. Voltando à questão da educação, perguntou se conheciam os relatórios relativamente
à questão do abandono escolar em Portugal aumentou e que pensa estar relacionado com a questão do
COVID, que isto deve ser uma preocupação de todos nós para além da qualidade do ensino. Deixou a
pergunta ao executivo sobre o ponto da situação relativamente ao abandono escolar em Vila Nova de Gaia-
15 da taxa de sucesso, e qual a situação antes do Covid para verificar a tendência. -----

O Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Guilherme Aguiar, relativamente à questão da
requalificação dos afluentes do Douro, disse que houve uma questão diferente entre o município e a PA que
já está ultrapassada, por isso vai ser efetivada, relativamente às questões do abandono e da taxa de sucesso
escolar pediu novamente ao colega Vereador Dário Silva. -----

20 **Com a devida autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Guilherme Aguiar, o
senhor Vereadora Dário Silva** disse que no momento, não dispunha de dados, mas esses dados eram
compilados anualmente por cada um dos agrupamentos. Já porque havia plataformas que o próprio
Ministério da Educação dispunha e que permitiam avaliar. O município do ponto de vista de competências e
no âmbito da própria descentralização é, sobretudo do ponto de vista da gestão do edificado, felizmente que
25 a prática em Vila Nova de Gaia tem ido para além dessa, daquilo que é exigido ao município tem partilhado
as decisões e as políticas com os diretores dos agrupamentos e, portanto, sendo um problema das escolas, é
naturalmente um problema do município também Já ninguém tinha dúvidas relativamente a isso notava-se
sobretudo pela procura que têm do ponto de vista da intervenção, sobretudo ao nível da saúde mental dos
miúdos. Era a questão da forma como decorreu o ensino durante, particularmente aqueles 2 períodos que
30 foi o período em que grande parte das aulas decorreu de um ponto de vista digital e que, apesar de tudo e
nada substitui o professor, independentemente dos manuais digitais ou eventualmente as grandes
estratégias digitais. Cada escola, cada comunidade educativa micro apresenta um conjunto de problemas
que não são necessariamente os mesmos em todo o Concelho e, portanto, não existia um remédio mágico
de solução para o Conselho a um conjunto de intervenções e de estratégias que têm de ser definidas
35 parcialmente caso a caso em cada um dos agrupamentos. Terminou dizendo que relativamente à questão
dos dados, depois de os compilar farão chegar aos deputados sem qualquer tipo de problema. -----

5 **Foi Apreciada a “Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município”, referente ao Ponto 4.48. da Ordem de Trabalhos. -----**

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**, conforme documento em anexo. **(vide anexo 7)** -----

10

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião dada por terminada, eram vinte e duas horas e cinquenta e quatro minutos do dia nove de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

15

A Primeira Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

20

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)

25